

Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ nº 29.894.663/0001-89 - (anteriormente denominada True Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros)

Relatório de Administração

Recursos e custos fiduciários		De 01/01/2021 a 31/12/2021	De 01/01/2020 a 31/12/2020
Recursos		85.043	71.183
Receita de créditos vinculados adquiridos		83.710	70.589
Receita de aplicações financeiras		1.333	594
Custos de captação de recursos		(60.609)	(65.722)
Debitamentos emitidas		(60.609)	(65.722)
Resultado financeiro líquido da atividade		24.434	5.461
(-) Provisão para devedores duvidosos		(23.954)	(5.231)
Resultado da atividade		480	230
Recursos (despesas) operacionais		(480)	(230)
Custos da operação repassados ao emissor		(480)	(230)
Total de (despesas) receitas operacionais		(480)	(230)
Resultado fiduciário		-	-
Caixa e equivalentes de caixa: Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito e a vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os recursos excedentes estavam assim aplicados:			

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e valores Mobiliários	7.792	47.313
CDB - Certificados de Depósito Bancário	1.472	4.898
Fundo Soberano FICFI (i)	6.320	42.417
Total	7.792	47.313

(i) Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itaú Unibanco S.A., no qual a Companhia detém quotas, com disponibilidade imediata de resgate, utilizado para aplicação de recursos excedentes que serão utilizados para novas aquisições de recebíveis. **Recebíveis de crédito adquiridos:** Estão representados por recebíveis de crédito, sob a forma de empréstimos pessoais concedidos a indivíduos titulares de benefício de aposentadoria ou pensão do Regime Geral de Previdência Social, com amortização mensal mediante desconto direto nos benefícios aos quais os beneficiários têm direito (também denominados como crédito consignado). Os referidos créditos são adquiridos diretamente de instituição financeira originadora, sem cobrança e sem direito de regresso, e em regime de vinculação fiduciária às debêntures emitidas no mesmo período, e formam a garantia real da emissão. As provisões constituídas, no montante de R\$ 23.939, refletem integralmente o saldo devedor de contratos que estão com parcelas vencidas há mais de 180 dias, e são consideradas adequadas às operações vencidas na carteira de recebíveis, e refletidas as perdas esperadas nas operações.

Outros ativos: Referem-se a valores de ressarcimentos de custos de originadora a serem recebidos no mês subsequente, por conta de antecipação na liquidação de contratos, no montante de R\$ 460 (R\$ 993 em 31/12/2020).

Obrigações por debêntures emitidas: Em 18 de outubro de 2019, em

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais - R\$)		2021	2020
Recursos Operacionais		1.307	965
Receita de securitização		1.730	1.559
(-) Custos associados às receitas de securitização		(423)	(594)
Resultado operacional líquido de securitização		14	(694)
Recursos (despesas) operacionais		15	(106,4)
Despesas administrativas		15	(106,4)
Despesas tributárias		16	(171)
Outras receitas (despesas) operacionais		(12)	1
Total de (despesas) receitas operacionais		(1.307)	(927)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		-	38
Resultado financeiro		17	-
Recursos Financeiros		884	355
Despesas Financeiras		(864)	(393)
Resultado financeiro líquido		20	(38)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		-	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		-	-
Quantidade de ações		12.1	17.100
Prejuízo básico por ação - R\$		-	-

requisitos: • Futuros requerimentos: A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas contas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam taxa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva Resolução CVM nº 6, de 22 de maio de 2022

4. Caixa e equivalentes de caixa: Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, a caixa e equivalentes de caixa registrado na demonstração dos fluxos de caixa, representa as operações citadas na nota explicativa nº 3.1. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há saldos de caixa e equivalentes de caixa. **5. Aplicações financeiras:** A Companhia possui recursos provenientes de fluxos de caixa recebidos em operações de securitização, os quais são utilizados conforme a Ordem de Aplicação de Recursos conforme previsto na cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e valores Mobiliários	8.627	49.771
CDB - Certificados de Depósito Bancário	1.472	4.898
Fundo Soberano FICFI (i)	7.155	44.873
Total	8.627	49.771

(i) Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itaú Unibanco S.A., com disponibilidade imediata de resgate. A variação no saldo da conta decorre do fluxo natural de recebimento dos créditos adquiridos, do fluxo de vencimentos das debêntures a eles associada, e por novas aquisições, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures, com isso as aplicações financeiras registradas nesta conta se referem à pagamentos de despesas correntes das debêntures e também para a retenção de créditos recebíveis, o reflexo dessas movimentações impactam as obrigações por repasses de recursos mencionados na nota explicativa nº 7.

6. Tributos a compensar: A Companhia incorreu em retenção de tributos federais quando do resgate de aplicações financeiras, sendo estes passivos de compensação com outros impostos federais, no montante de R\$ 198 (R\$ 68 em 31/12/2020).

7. Obrigações por repasses de recursos: Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito e a vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as obrigações por repasses de recursos foram de R\$ 7.792 (R\$ 47.313 em 31/12/2020).

8. Fornecedores: Refere-se a provisões constituídas para pagamento de serviços com gestão de recebíveis no montante de R\$ 930 (R\$ 2.407 em 31/12/2020) e outros serviços como auditoria, contabilidade, agente de contratação e administração para fluxo de debêntures no total de R\$ 72 (R\$ 101 em 31/12/2020).

9. Obrigações fiscais: Refere-se a valores de impostos retidos a recolher, no montante de R\$ 9 (R\$ 4 em 31/12/2020), e contribuições ao PIS e à CO-FINS próprias a pagar, calculados sobre a receita de securitização, no montante de R\$ 24 (R\$ 15 em 31/12/2020).

10. Obrigações com partes relacionadas: A Administração considera como partes relacionadas quaisquer entidades vinculadas aos sócios e ao pessoal chave da administração, além destas na pessoa física. Não houve transações com partes relacionadas nos exercícios de 2021 e 2020.

11. Remuneração dos administradores: Não houve remuneração a administradores no curso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

12. Patrimônio líquido - 12.1. Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 17 (R\$ 17 em 31/12/2020), dividido em 17.100 ações ordinárias (10.000 em 31/12/2020), nominativas e sem valor nominal.

12.2. Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das S/A e o uso dessa base contábil na elaboração das práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve destinação de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

13. Imposto de renda e contribuição social - Créditos Tributários: A Companhia possui créditos tributários de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 4 (R\$ 4 em 31/12/2020), não reconhecidos em seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

14. Resultado operacional líquido de securitização: As receitas são formadas pelo montante de recursos oriundos da operação de securitização, necessários à cobertura dos custos operacionais da Companhia, no montante de R\$ 1.730 (R\$ 1.559 em 31/12/2020). Os custos diretamente ligados à operação de securitização, são assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo fiduciário	(137)	(114)
Agentes CVM e de registro	(19)	(20)
Custo de registro CETIP	(264)	(356)
Serviços de terceiros	(3)	(10)
Total	(423)	(594)

15. Despesas administrativas

	De 01/01/2021 a 31/12/2021	De 01/01/2020 a 31/12/2020
Publicações legais	(129)	(70)
Serviços de consultoria	(572)	(527)
Outros serviços	(159)	(44)
Outras despesas administrativas	(159)	(11)
Total	(1.064)	(805)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido da forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

AGE - Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escrituras e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos cre-

	31/12/2021	31/12/2020
Debitamentos Primeira Série	1.260.000	15/06/2026
Debitamentos Segunda Série	238.800	15/06/2030
Debitamentos Terceira Série	1.200	15/08/2030
Total	1.500.000	

	31/12/2021	31/12/2020
Debitamentos Primeira Série	1.260.000	15/06/2026
Debitamentos Segunda Série	238.800	15/06/2030
Debitamentos Terceira Série	1.200	15/08/2030
Total	1.500.000	

Os pagamentos de remuneração, amortização e resgate das debêntures, conforme aplicáveis, são mensais no dia 15 de cada mês calendário e iniciam-se 8 (oito) meses contados da Data de Emissão (carência). Além dos valores das obrigações assumidas pela emissão das debêntures, a rubrica registra os custos incorridos na estruturação e emissão das debêntures necessárias à atividade social principal da Companhia, os quais são apropriados no prazo de emissão, que representam o montante de R\$ 5.717 (R\$ 12.067 em 31/12/2020) na data do balanço. Destes forma, o saldo de obrigações por emissão de debêntures está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	31/12/2020
Debitamentos emitidas	375.709	986.162
Custos de transação	(5.717)	(12.067)
Total	369.992	974.095

Recursos de créditos vinculados adquiridos: As receitas são formadas pelo montante de juros apropriados pro-rata sobre cada um dos contratos que compõe a carteira de recebíveis no exercício, tomando-se por base o método de juros efetivos, que corresponde à taxa de retorno (fluxo descontado) obtida no momento de cada aquisição, deduzidos dos custos vinculados à arrecadação dos recebíveis, os quais são suportados pelos fluxos de caixa decorrentes do recebimento dos créditos. A liquidação antecipada de contratos produz redução nas receitas, por serem descontadas à taxa contratual, vis a vis a taxa da cessão, sendo a diferença deduzida das receitas a cada operação de antecipação. Do mesmo modo, quando a liquidação antecipada decorre de portabilidade do crédito, a Companhia reconhece no resultado por regime de competência os valores dos ressarcimentos dos custos operacionais, em contrapartida ao ativo.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais - R\$)		2021	2020
Recursos		1.730	1.559
Receita dos recebíveis adquiridos		1.730	1.559
Insunsum adquiridos de terceiros		(1.579)	(1.398)
Custo dos serviços prestados		(423)	(594)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.136)	(804)
Valor adicionado bruto		171	161
Valor adicionado líquido produzido		171	161

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais - R\$)		2021	2020
Recursos Financeiros		1.055	516
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida		884	355
Valor adicionado a distribuir		1.055	516
Distribuição do valor adicionado		1.055	516
Impostos, taxas e contribuições		(423)	(594)
Valor adicionado distribuído		632	(78)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

16. Despesas tributárias: Referem-se às contribuições para o PIS e a CO-FINS, no montante de R\$ 165 (R\$ 117 em 2020) e outros impostos e contribuições no montante de R\$ 6 (R\$ 6 em 2020).

17. Atualização financeira: Constituído pelas receitas financeiras de juros e resgate monetária decorrente da aplicação financeira dos recursos descritos na nota 5, no montante de R\$ 1.333 (R\$ 594 em 2020), deduzidos dos custos de IOF pelo resgate destas operações, não compensáveis, no montante de R\$ 449 (R\$ 238 em 2020), totalizando uma receita financeira de R\$ 884 (R\$ 355 em 2020). A despesa financeira no montante R\$ 884 (R\$ 355 em 2020) é composta pela atualização do passivo financeiro de "obrigações por repasses de recursos", descrito na nota 7.

18. Resultado por ação

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício atribuído aos acionistas	-	-
Quantidade ações ordinárias	17.100	10.000
Resultado por ação - em reais	-	-

19. Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Críticos, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de renda - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Os instrumentos financeiros utilizados nas demonstrações contábeis são avaliados por seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os instrumentos financeiros são avaliados por seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os instrumentos financeiros são avaliados por seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os instrumentos financeiros são avaliados por seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os instrumentos financeiros são avaliados por seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

20. Gerenciamento de riscos - Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divergências quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis. Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de prazo curto, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As debêntures emitidas, em regime fiduciário, com garantia real dos recebíveis de crédito e com integral transferência de riscos e benefícios, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizam a aquisição de recebíveis de créditos financeiros (notas explicativa nº 5 e nº 8). As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que compõem os instrumentos financeiros utilizados em ativos e passivos. A captação de debêntures não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados. **Hierarquia de valor justo:** Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue: • **Nível 1:** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Aplicações financeiras	Nível 2 8.627	8.627
meio do resultado	8.627	8.627
Passivo		
Obrigações por repasses mensurados ao	Nível 2 7.792	7.792
de recursos valor justo	47.313	47.313
Fornecedores	930	2.407
Obrigações fiscais	Nível 2 1.031	1.031
amortizado	2.524	2.524
Total	8.823	8.823

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1) prospecção de negócios; (2) análise da proposta; (3) avaliação risco de crédito; (4) negociação das condições comerciais; (5) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; (6) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: (a) **Risco de Mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou mudanças nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o

realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria ob-

tidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nos casos conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração e o resgate, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superarem os benefícios da comunicação para o interesse público.

	De 01/01/2021 a 31/12/2021	De 01/01/2020 a 31/12/2020
Recursos de juros apropriados no exercício	74.973	66.310
Receita de multa por refinanciamento de contratos	20.635	29.142
Ressarcimento de custos de origemação	7.393	4.599
Resultado da liquidação antecipação de contratos	-	(11.781)
Gestão de recebíveis - terceiros	(19.291)	(17.682)
Total	83.710	70.588

Custos de captação de recursos: Decorrem do reconhecimento das taxas de remuneração, juros e correção monetária, sobre a primeira e segunda séries de debêntures, e da apropriação da remuneração participativa da terceira série, conforme descritos na nota 8 das demonstrações financeiras, acrescidos dos custos de transação que são apropriados no prazo de fluência das emissões.

	De 01/01/2021 a 31/12/2021	De 01/01/2020 a 31/12/2020
Despesas com juros e apropriação participativa	(52.432)	(60.618)
Custos de transação	(8.177)	(8.204)
Total	(60.609)	(68.722)

Despesas administrativas: Referem-se aos custos das despesas de securitização repassados à emissora no exercício, bem como os custos administrativos suportados pelos fluxos de caixa dos recebíveis objeto de garantia das debêntures emitidas.

	De 01/01/2021 a 31/12/2021	De 01/01/2020 a 31/12/2020
Custos de registro CETIP / BOVESPA	(31)	(29)
Repasses de IOF das operações	(449)	(201)
Total	(480)	(230)

Administração, São Paulo, 31 de março de 2022

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais - R\$